

## BOLETIM 147

Brasília, 21 de junho de 2016

# FETICOM-RS defende preservação e ampliação das conquistas dos trabalhadores

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Rio Grande do Sul (FETICOM-RS), presidida pelo companheiro Aroldo Pinto Garcia *(foto)*, que também é o secretário de Finanças da CONTRICOM, conseguiu em 2016 concluir diversos acordos e convenções coletivas de trabalho que preservaram e ampliaram as conquistas da categoria em todo estado.

Em síntese, os índices salariais conquistados recuperaram ou superaram a inflação do período, “o que representa uma grande vitória em razão da forte crise econômica que estamos presenciando e que afeta profundamente o Rio Grande do Sul”, afirmou Aroldo.

Entre esses acordos e convenções, destacamos:

1 – **Convenção SINDUSCON-RS**. Reajuste salarial: 8,8 %, a partir de maio de 2016, até o teto de R\$ 3.800,00. Acima disso, reajuste de 7%. Entre outros avanços, foram mantidas e atualizadas as demais cláusulas da convenção.

2 – **Convenção SINDIMADEIRA (Serrarias e Madeiras)**. Índice de reajuste: 9,7%, a partir de



maio de 2016. Quinquênio: 3%. As demais cláusulas da convenção foram mantidas e atualizadas.

3 - **Convenção SIM (Marcenaria)**. Índice de reajuste: 9,83%, a partir de maio de 2016. Quinquênio: 2%. As demais cláusulas da convenção foram mantidas e atualizadas.

4 - **Convenção SIMAG (Beneficiamento de Mármore e Granitos)**. Índice de reajuste: 9,84%, a partir de maio de 2016. Quinquênio: 2%. As demais cláusulas da convenção foram mantidas e atualizadas.

5 – **Convenção Coletiva SINDICER – Olaria e Cerâmica**. Índice de reajuste: 9,83%, a partir de maio de 2016; Quinquênio: 5% e preservação e atualização das cláusulas da convenção anterior, entre outros avanços.

6 - **Convenção – SINDICALC (Extração Cal, Calcário, Caulim e Pedreiras)**. Índice de reajuste:



11% a partir de 1º de janeiro; preservação e atualização das demais cláusulas da convenção coletiva anterior; 5% de quinquênio, entre outras conquistas.

**7 – Convenção Construção Civil de Santa Maria.** Índice de reajuste: 11%, a partir de janeiro de 2016; Quinquênio: 5% acima dos pisos e preservação e atualização das cláusulas da convenção anterior, entre outros avanços.

**8 – Convenção Construção Civil de São Leopoldo, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Presidente Lucena e Santa Maria do Herval.** Índice de reajuste: 9,6%, a partir de janeiro de 2016; Preservação das cláusulas da convenção anterior, entre outros avanços.

**9 – Acordo Coletivo FETICOM-RS/STICM de Caçapava do Sul – Empresa Dagoberto Barcellos S/A.** Índice de reajuste: 11% sobre o salário praticado em dezembro/2015; manutenção e atualização das cláusulas da convenção anterior, entre outros avanços.

**10 – Convenção Sindicato da Ind. da Construção, Mobiliário, Marcenaria e Cerâmicas de Lajeado.** Índice de reajuste: 8,9%, a partir de maio de 2015; manutenção e atualização das cláusulas da convenção anterior, entre outros avanços. Para os trabalhadores nas indústrias do mobiliário e mercenária, além das conquistas anteriores, quinquênio de 2%; e para os trabalhadores nas indústrias de olaria e cerâmica para construção, quinquênio de 3% a cada 5 anos. Essas convenções envolvem também os trabalhadores dos seguintes municípios: **Arvorezinha, Canudos**

**do Vale, Colinas, Coqueiro Baixo, Fazenda Vila Nova, Forquetinha e Westphalia.**

**11 – Acordo Coletivo – Votorantim Cimentos S.A/FETICOM-RS (a ser revisado em outubro deste ano).** Piso admissional a partir de 1º de novembro de 2016: R\$ 1.065,00, entre outras conquistas mantidas ou ampliadas, como adiantamento salarial, participação nos resultados, cesta básica, transporte, café da manhã, auxílio-funeral, auxílio creche e reembolso de medicamentos.

A FETICOM-RS destacou, ainda, os acordos coletivos feitos em 2015 de participação nos resultados com as empresas **Scancom do Brasil Ltda e Engemix S.A.**; o Acordo Coletivo 2015/2016 com a empresa **Reflorestadores Unidos S.A**, que abrange o município de **Vacaria**; a Convenção Coletiva de Trabalho para o setor de serraria e mobiliário abrangendo os municípios de **Esmeralda, Ipê, Vacaria e Viamão**.

O presidente da FETICOM avalia que “essas conquistas só foram possíveis, em momentos de crise como esse, quando as dificuldades de negociação se ampliam muito, graças à união da nossa federação com os sindicatos filiados e à mobilização dos trabalhadores na defesa dos seus direitos e na obtenção de novas conquistas”.

“Agora – acrescentou Aroldo Garcia – vamos nos manter unidos e mobilizados para fiscalizar o fiel cumprimento dos acordos e convenções”.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## Comissão debate obras paralisadas em todo o país

A comissão externa da Câmara dos Deputados que acompanha as obras do governo federal custeadas com recursos do orçamento da União realiza audiência pública, na próxima quinta-feira (23), para debater a situação das obras paralisadas e as possíveis medidas para evitar mais prejuízos.

A audiência foi proposta pelo presidente da comissão externa, deputado Zé Silva (SD-MG). O parlamentar aponta que o contraste entre os processos do setor privado e do setor público impacta diretamente na infraestrutura do País, o que dificulta o crescimento econômico.

“Estamos reféns de uma burocracia, por vezes, mais voltada para criar dificuldades do que para servir o bem comum, ao mesmo tempo em que assistimos atônitos ao pragmatismo chinês concorrer para a forte expansão econômica experimentada por aquele país nos últimos trinta anos”, afirma o deputado.

Foram convidados para o debate o secretário do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Hailton Madureira; o secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Rodrigo Mendes; o secretário nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Dario Rais Lopes.

A reunião está marcada para 9h30, no plenário 15.

*Fonte: Agência CÂMARA*



*O presidente interino fechou novo acordo com os governadores nesta segunda-feira (20)*

## Temer acerta novo acordo com os governadores

O presidente interino, Michel Temer (PMDB) afirmou na tarde desta segunda-feira que a dívida dos estados com a União terá carência até o mês de dezembro. Temer anunciou ainda que, a partir de janeiro, os estados voltam a pagar os valores da dívida 5,5% de forma sequencial até atingir o valor cheio das parcelas. As medidas foram anunciadas via twitter na conta de Temer no

Temer disse ainda que os estados que conseguiram liminares na Justiça e que deixaram de fazer os pagamentos poderão dividir o valor acumulado em até 24 meses, a partir de julho. Outra medida que faz parte do pacote acordado com os governadores é a extensão do pagamento de cinco linhas de crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por mais dez anos.

O interino ainda afirmou que, para garantir o controle dos gastos, os estados serão afetados pelo projeto que trata do assunto e está em



tramitação. “Vamos inserir a limitação de gastos públicos dos estados no projeto que tramita no Congresso”, afirmou na rede social.

Antes de se reunir com o presidente interino, os governadores discutiram por cerca de três horas. O acordo foi fechado entre o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, 18 governadores, quatro vice-governadores, entre eles o de Minas, Antônio Andrade, e três secretários de Fazenda. A situação de Minas, porém, só será definida em uma próxima rodada de negociação.

Antes do encontro com Meirelles, os governadores ainda se reuniram para definir a pauta de reivindicações a ser apresentada no encontro com Temer. Entre as medidas inicialmente pleiteadas, estava a determinação de prazo ainda maior do que o concedido no acordo final. A intenção era que o pagamento da dívida fosse suspenso por dois anos. No entanto, a proposta não prosperou.

Por outro lado, o Ministério da Fazenda tinha feito outra proposta aos governadores, que previa carência apenas por dois meses. As parcelas teriam desconto de 100% a partir de julho e o abatimento cairia gradualmente a cada bimestre até baixar para 40% em julho do ano que vem.

*Fonte: EM.com*

## Comissão debate as regras do licenciamento ambiental

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da

Câmara dos Deputados realiza audiência pública, na próxima quarta-feira (22), para debater sobre as regras do licenciamento ambiental.

O requerimento para audiência é de autoria do deputado Angelim (PT-AC). A área ambiental brasileira passa por um momento de impasse em torno da questão do licenciamento ambiental. Duas iniciativas tramitam no Congresso Nacional a respeito do assunto: a PEC 65/12, que pretende impedir a paralisação de obras que tenham estudo de impacto ambiental aprovado, e a MP 727/16, que visa flexibilizar a liberação dos empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O parlamentar afirma que “de um lado do debate temos uma moderna legislação, que busca garantir a proteção do meio ambiente. De outro lado, temos a necessidade de garantir um mínimo de segurança jurídica para os investimentos governamentais, especialmente os empreendimentos em infraestrutura.”

Foram convidados para o debate a procuradora-geral de Justiça do Acre, Patrícia de Amorim Rêgo; o ministro do TSE, Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin; a diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama, Rose Mirian Hofmann; a especialista em políticas e indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Elisa Romano Dezolt; o superintendente de risco socioambiental do Banco Santander, representando a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Christopher Wells; representante do Ministério Público Federal; e representante da Federação das Indústrias do Acre.

A reunião está marcada para 10 horas, no plenário 15.

*Fonte: Agência CÂMARA*

## Impeachment: comissão rejeita pedido da defesa para incluir gravações no processo

A maioria dos senadores da Comissão Especial do Impeachment voltou a rejeitar nesta segunda-feira (20) o pedido da defesa da presidente afastada Dilma Rousseff para que as gravações do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado fossem incluídas no processo.

O relator da comissão, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), rejeitou o pedido argumentando que as gravações não tratam da edição dos decretos de crédito suplementar nem do atraso do pagamento da União ao Banco do Brasil pelo Plano Safra. O advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, informou que vai recorrer ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski.

*Fonte: Agência SENADO*

## Relator do financiamento sindical debate relatório com centrais sindicais

Nesta segunda-feira (20/6), o deputado federal Bebeto (PSB-BA) se reuniu, na sede da NCST, com sindicalistas da Nova Central, Força Sindical, UGT, CSB, CUT e CTB **(foto)**, para debater ajustes no relatório final da Comissão Especial



sobre Financiamento da Atividade Sindical, que propõe nova contribuição a ser paga mensalmente tanto de empregados quanto de empregadores.

O texto apresentado por Bebeto, relator da Comissão Especial, consta que valor a ser arrecadado será fixado em assembleia de negociação salarial ou convenção coletiva e não poderá ultrapassar 1% da remuneração bruta anual do trabalhador. “A contribuição tem de ser de sustentação do processo negocial por todos os beneficiários daquele resultado empreendido na negociação, quer seja pela representação econômica, quer seja pelos trabalhadores”, disse.

Segundo o presidente Nacional da Nova Central, José Calixto Ramos, a proposta garante que o recurso descontado dos trabalhadores será compartilhado entre sindicato (80%), federação (5%), confederação (5%), central sindical (5%) e também será destinado ao conselho de autorregulação sindical (4,5%) e ao aparelhamento da inspeção do trabalho (0,5%).

sugestões para o deputado, que foram acolhidas. As questões polêmicas como: ampliar para todo trabalhador de uma determinada categoria a possibilidade de votar nas eleições de dirigente sindical; as regras para afastamento de

dirigente sindical no setor Público, devido pequenas divergências, ficamos de analisá-las e apresentar uma proposta alternativa até o dia da votação final do relatório”, afirmou o dirigente sindical.

Fonte: NCST

## Mais uma queda no comércio varejista: - 3,2% de janeiro a abril

A queda de 9,3% no volume de vendas do comércio varejista nacional nos quatro primeiros meses de 2016 é a maior da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2001, e acordo com os dados divulgados na terça-feira (14).

O número corresponde às vendas do varejo ampliado (que inclui automóveis e materiais de construção), mas veio da atividade dos hiper, supermercados e produtos alimentícios o principal impacto para o resultado. O segmento acumulou queda de 3,2% no período de janeiro a abril, reflexo dos altos índices de desemprego, arrocho salarial e juros altos, que detonam com o poder de compra da população - que corta do orçamento até mesmo produtos de primeira necessidade.

“Há mais gente desempregada e menos trabalhadores com carteira assinada. Isso faz com que as famílias saiam menos do orçamento”, comentou Isabella Nunes, gerente da coordenação de comércio e serviços do IBGE.

Outro reflexo veio dos resultados das vendas de tecidos e vestuário, que decresceram



12,2% na comparação com o mesmo período do ano passado; e de móveis e eletrodomésticos, com queda de 15,4% na mesma base de comparação.

**Serviços** - O IBGE já havia divulgado a pesquisa mensal do setor de serviços, que demonstrou uma queda de 4,9% no volume de serviços prestados nos primeiros quatro meses de 2016.

Em abril, o setor recuou -4,5% em relação ao mesmo mês de 2015, com variações negativas em todos os segmentos, como os serviços prestados às famílias e de serviços de informação e comunicação fechando negativos em 3%; de serviços profissionais, administrativos e complementares (-5,4%); transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (-6,5%) e outros serviços (-3,3%).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**